

# Representações Sociais da Família na Contemporaneidade: Uma Revisão Integrativa

Alexandra Sombrio Cardoso<sup>1</sup>

Maiara Leandro<sup>2</sup>

Mariana Luíza Becker da Silva<sup>3</sup>

Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré<sup>4</sup>

Andréa Barbará S. Bousfield<sup>5</sup>

## Resumo

*Na contemporaneidade, o entendimento de família é complexo, pois exige análise e reflexão de aspectos históricos, sociais, culturais e materiais. Observa-se uma transformação estrutural e conceitual de família e se faz necessário compreender como os indivíduos a entendem ou representam socialmente a mesma. O presente estudo objetivou realizar uma revisão integrativa com vistas a analisar as representações sociais da família. Após estabelecidos os critérios de elegibilidade e refinamento da busca, foram identificados 14 artigos. Os mesmos foram analisados e submetidos à análise de conteúdo, com o auxílio do software Endnote. Os resultados foram sistematizados em duas categorias principais e suas subcategorias: a minha família (família é cuidar, família: representações positivas, família é relação, família tradicional e não tradicional) e a família do outro (Culpabilidade e responsabilidade, família “desestruturada”), evidenciando uma diferenciação importante, com defesas e atribuições positivas a minha família e críticas à família do outro. Este resultado possibilita reflexões para o entendimento de família e subsídios para os profissionais quanto à compreensão e intervenção sobre esta demanda.*

**Palavras-chaves:** representações sociais; família; revisão integrativa.

## **Family Social Representations in Contemporary: An Integrative Review**

### **Abstract**

*In contemporary times, the understanding of family is complex, as it requires analysis and reflection of historical, social, cultural and material aspects. A structural and conceptual transformation of the family is observed and it is necessary to understand how individuals understand it or represent it socially. The present study aimed to carry out an integrative review in order to analyze the social representations of the family. After establishing the eligibility criteria and refining the search, 14 articles were identified. They were analyzed and submitted to content analysis, with the aid of the Endnote software. The results*

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Psicologia (UFSC).

<sup>2</sup> Mestranda em Psicologia (UFSC).

<sup>3</sup> Doutoranda em Psicologia (UFSC).

<sup>4</sup> Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Psicologia (UFSC)

<sup>5</sup> Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Psicologia (UFSC).

were systematized into two main categories and their subcategories: my family (family is caring, family: positive representations, family is relationship, traditional and non-traditional family) and the family of the other (Culpability and responsibility, family "disrupting"), showing a expressive differentiation, with defenses and positive attributions to my family, and criticisms of the other's family. This result allows reflections for the understanding of family and subsidies for professionals as to the understanding and intervention on this demand

**Keywords:** social representations; family; integrative review.

## Introdução

A conceituação de família, na contemporaneidade, é abrangente e constitui-se num desafio, principalmente no campo da investigação científica, quando é preciso incluir, refletir os contextos e as influências. Além disso, é preciso compreender as diferentes condutas vinculares, os papéis multidimensionais e os diferentes elementos constituintes de família (Fonseca, 2005; Ponciano, & Féres-Carneiro, 2003; Dessen, & Ramos, 2010). Nesta compreensão, evita-se entender família de forma singular, pois é preciso considerar a multiplicidade e a pluralidade (Cúnico, & Arpini, 2013). A estrutura familiar, sendo diversificada, é mesclada por influências históricas e por uma organização específica interna de cada grupo familiar (Sampaio, Sampaio, & Vilela, 2019).

Historicamente, a palavra família (*famulus*) foi criada a partir do século XVIII. Conceituava um lugar físico nos grupos sociais de tribos latinas. O termo passou a ser associado a uma unidade residencial, composta por agrupamentos de pessoas com laços biológicos, geralmente pai, mãe e filhos (Dessen, & Ramos, 2010). Assim, o modelo patriarcal, termo cunhado por Freyre (2003 [1978]) foi, por muito tempo, a compreensão e estruturação do que era família, vigorando uma rigidez dos papéis desempenhados e a tentativa de salvaguarda dos descentes e da linguagem (Casey, 1992). Segundo Scott (1990) e Sarti (1995), esta definição, relacionada principalmente a laços consanguíneos, ainda predomina no Brasil, apesar da evidente modificação e transformação da família. Entretanto, para Dessen e Lewis (1998), a utilização e o referencial do modelo de família nuclear, nomeada por laços biológicos, é inadequada ao passo que é impossível negar ou não perceber a miscigenação e versatilidade das famílias contemporâneas.

A transformação na constituição familiar, segundo Oliveira (2009), pode ser sistematizada pela inserção da individualidade, o que implica mudanças nas relações familiares. A família vem se transformando e não é possível compreendê-la em um único modelo. Ela demonstra-se em diferentes trajetórias, que se expressam em diversos arranjos, espaços e organizações (Ferrari, & Kaloustian, 2002). Tais combinações e rearranjos distintos variam em diversas naturezas. Podem se apresentar em uniões consensuais de sujeitos separados, uniões de pessoas do mesmo sexo, união de casais, união de tricaisais, união monogâmica, relacionamento aberto, união de pessoas com filhos de outros casamentos, mãe ou pai sozinho com o(s) filho(s), união de amigos, vizinhança, avós com netos e inúmeras outras possibilidades, que constituem uma família ressignificada por processos sociais que a desafiam em termo da sua estrutura (Oliveira, 2009).

Diante da inquietação de compreender como os indivíduos compreendem a família na contemporaneidade, este estudo buscou o suporte teórico na Teoria das Representações Sociais (TRS). Esta teoria propõe estudar a forma que o indivíduo compreende, suas crenças, ideias e explicações (Moscovici, 1978/2011). Segundo Moscovici (1978/2011, p. 41) criador da teoria, “as representações sociais são entidades quase que tangíveis. Elas circulam, cruzam-se e se cristalizam incessantemente através da fala, de um gesto, de um encontro, em nosso universo cotidiano”. Ainda, numa tentativa de conceituação, pode-se citar Jodelet (1989, p. 36). Segundo ela, as representações sociais são “uma forma de conhecimento socialmente elaborada e compartilhada, tendo uma visão prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”. Para a TRS, os indivíduos e grupos, “longe de serem receptores passivos, pensam por si mesmos, reproduzem e comunicam incessantemente suas próprias e específicas representações e soluções às questões que eles mesmos colocam” (Moscovici, 2003, p. 45).

Nesta perspectiva, somada à constituição de família ressignificada por processos sociais, surgem as inquietações: qual é a compreensão contemporânea de família? Como as pessoas, no senso comum, entendem família? Que aspectos são considerados para adjetivar a mesma? Tais inquietações também fomentaram e nortearam os estudos de Cúnico e Arpini (2013), Ferrari e Kaloustian (2002) e Oliveira (2009), e ainda instigou a realização deste estudo, que objetivou realizar uma revisão integrativa com vistas a analisar as representações sociais da família. Entende-se que a relevância do estudo está na busca de compreensão dos diferentes modelos de família presentes na contemporaneidade, oferecendo subsídios aos profissionais quanto aos processos interventivos.

## **Método**

Para o cumprimento do objetivo da pesquisa, realizou-se uma coleta de dados de fontes secundárias, com base nos pressupostos de uma revisão integrativa. Conforme Botelho, Cunha e Macedo (2011), este procedimento deve ser escolhido quando se deseja realizar uma síntese e análise do conhecimento científico já produzido sobre a temática proposta. Para isso, seguiram-se as etapas elaboradas por Mendes, Silveira e Galvão (2008): 1) identificação do problema de pesquisa, 2) busca na literatura (amostra), 3) levantamento de critérios de elegibilidade, 4) delimitação das informações a serem selecionadas, conforme o objetivo da pesquisa, 5) avaliação e discussão dos resultados, e 6) análise dos conhecimentos pesquisados pela revisão.

Para a coleta dos dados foi realizado um levantamento de artigos sobre representações sociais da família nas bases de dados que continham maior abrangência de publicações nas áreas de Psicologia, Sociologia e Psicologia Social, por serem as principais áreas relacionadas ao tema da pesquisa. Considerou-se, também, os países de abrangência. Com isso, foram escolhidas as bases: 1) SciVerse Scopus, 2) Web of Science, por serem bases multidisciplinares, de alto impacto nas áreas de interesse e que permitiram a investigação da produção científica internacional; 3) LILACS, por tratar-se de uma base que contempla principalmente a América Latina; e, 4) SciElo, por permitir a exploração da produção científica nacional.

Os descritores foram determinados conforme uma verificação na plataforma de terminologia do BVS-PSI (Biblioteca virtual em Saúde- Psicologia Brasil) e em leituras previamente realizadas sobre a temática. Tais descritores também foram traduzidos nos correspondentes em inglês. Entre os termos foram utilizados operadores *booleanos* AND e OR, além de símbolos de truncamento. Dessa forma, foram utilizados os seguintes *strings* (“social representation” AND family) nas bases Web of Science e Scopus; e (família AND “representações sociais”) nas bases Scielo e Lilacs. Em todas as bases de dados, as buscas foram realizadas a partir dos campos que permitiram um resultado mais abrangente, como “tópico” na Web Of Science, “todos os índices” na Scielo, e “título”, “resumo” e “assunto” no Lilacs.

Em relação aos critérios de elegibilidade, foram incluídos artigos publicados nos últimos 10 anos (de 2009 até julho de 2019), pois buscou-se abarcar os estudos mais atuais sobre a temática em decorrência da dinamicidade do fenômeno; nos idiomas português, inglês ou espanhol, por serem estes os principais idiomas abordados na comunidade científica. Como critério de exclusão, foram definidos: 1) não estar relacionado à temática proposta, 2) não possuir como foco a representação social de família, e 3) não utilizar a teoria das representações sociais como fundamentação teórica. Estes critérios foram definidos como uma tentativa de abarcar as principais pesquisas realizadas na área recentemente e que não fugissem do escopo da revisão. As buscas aconteceram no mês de julho de 2019, com auxílio do software *Endnote*.

Os artigos selecionados foram lidos integralmente por mais de uma pesquisadora. Os dados dos artigos foram organizados buscando-se identificar os objetivos, procedimentos metodológicos, principais resultados e conclusões. A partir do detalhamento destes dados foi possível evidenciar os principais achados da produção científica nacional e internacional sobre as representações sociais de família. A análise dos dados foi realizada através da síntese dos resultados encontrados, com base nas semelhanças entre os temas, ao criar categorias temáticas sistematizadas pela análise de conteúdo (Bardin, 2011). Nessa, os dados são extraídos de maneira sistemática, interpretativa e analítica, permitindo a categorização e classificação dos mesmos. A síntese foi elaborada a partir da correspondência com o objetivo de realizar uma revisão integrativa sobre as representações sociais de família.

Mediante a busca nas bases de dados, com os descritores mencionados e com os filtros aplicados a partir dos critérios de elegibilidade, foram encontrados 830 artigos (Web of Science: n=217; Scopus: n=284; LILACS: n=188; SciELO: n=141). Foram excluídos 338 artigos duplicados, restando 492 artigos, dos quais foram lidos os resumos. Após a leitura dos resumos desses trabalhos, foram deduzidos do resultado inicial: 58 artigos que não possuíam a palavra família no resumo, 401 artigos que não estavam relacionados com as representações sociais de família e 7 artigos que não utilizavam a TRS como base teórica. Com isso, restaram 26 artigos para leitura na íntegra, o que foi feito por mais de uma pesquisadora. Cabe mencionar que a seleção final dos artigos foi acompanhada por outras pesquisadoras, que atuaram na qualidade de juízas, para compor o corpus final de artigos que constituem o presente trabalho. Após a avaliação, considerou-se que 12 artigos ainda não referenciavam o escopo da revisão. Com isso, foram excluídos. Dessa forma, foram efetivamente selecionados 14 artigos, cuja análise será apresentada a seguir.

## Resultados e discussões

Considerando os 14 artigos analisados, após a leitura dos mesmos, estruturou-se a tabela 01, que apresentar o título, os autores e o ano de publicação dos estudos.

Tabela 1. Caracterização dos artigos identificados na revisão.

<b>Nº</b>	<b>Título</b>	<b>Autores</b>	<b>Ano</b>
1	Família: representações sociais de trabalhadores da Estratégia Saúde da Família.	Pereira, P. J.; & Bourget M.	2010
2	Cenário cinzento da violência e as múltiplas facetas da família: enfoque psicossocial.	Costa, D. M. F.; Coutinho, M. P. L.; & Araújo, L. S.	2011
3	A família da criança soropositiva: um estudo de representações sociais de enfermeiros.	Barbosa, B. F. S.; Gomes, A. M. T.; Santos É. I.; & Oliveira, D. C.	2012
4	Pós-Graduação, formação profissional e postergação da constituição de família própria: um estudo com estudantes de mestrado e doutorado.	Ciscon-Evangelista, M. R.; Leal, L. S.; Oliveira, N. K.; & Menandro, P. R. M.	2012
5	Representações sociais de família por crianças na cidade de Recife.	Ribeiro, F. S.; & Cruz, F. M. L.	2013
6	A estrutura da representação social de família para idosos residentes em lares intergeracionais.	Silva, D. M.; Vilela, A. B. A.; Oliveira, D. C.; & Alves, M. R.	2014
7	Representações sociais da família para a equipe da Estratégia Saúde da Família.	Mantovani, M. F.; Mazza, V. A.; Moreira, R. C.; Silva, D. I.; Jesus, J. K. F.; & Oliveira, V. B. C. A.	2014
8	Representações sociais de família no contexto do acolhimento institucional.	Belfort P. B.; Barros, S. M.M.; Gouveia, M. L. A.; & Santos, M. F. S.	2015
9	Representações sociais de idosos sobre família.	Fernandes, J. S. G.; Costa, B. H. R.; & Andrade, M. S.	2017
10	Crianças, contextos de escolas e suas representações sociais de família.	Ribeiro, F.; & Cruz, F. M. L.	2016
11	A família e sua relação com o idoso: Um estudo de representações sociais.	Araújo, L. F.; Castro, J. L. C.; & Santos, J. V.O.	2018

12	Representação social da família em mulheres migrantes indígenas de tabasco	Sánchez, C. D. C. E.; & Notario, J. A. M.	2018
13	Planejamento reprodutivo em casais homossexuais na Estratégia Saúde da Família.	Albuquerque, G. A.; Blém, J. M.; Nunes, J. F. C.; Leite, M. F.; & Quirino, G. S.	2018
14	Conteúdos e estrutura representacional sobre família para idosos em corresponsabilidade	Sampaio, T. S. O.; Sampaio, L. S.; & Vilela, A. B. A.	2019

Quanto ao método dos artigos, a maioria utilizou a abordagem qualitativa, havendo apenas um quali-quantitativo. Os participantes variaram entre idosos (4), profissionais da saúde (4), crianças (2), mulheres indígenas (1), pós-graduandos (1) adolescentes e crianças (1) e profissionais de acolhimento institucional (1). Em relação aos instrumentos, variaram entre entrevista semiestruturada (6), técnica de evocação livre (4), técnica de evocação livre com desenho e grupo focal (2), entrevista em profundidade (2). Também houve uma diversificação nos tipos de análises de dados: Análise de conteúdo (6); uso do software Evoc (Ensemble de Programmes Permettant L'analyse des Evocations) (3); análise fatorial de correspondência (1); TALP (Técnica de Associação Livre se Palavras) associado ao software Iramuteq (1); software EVOC associado à análise de conteúdo (1); software Iramuteq (1). Apenas um artigo não especificou a análise utilizada. Observou-se, ainda, que a maioria dos artigos (13) foram realizados no Brasil, constando apenas um do México.

A leitura na íntegra dos artigos possibilitou a identificação de indicadores para a construção das categorias de análise, as quais foram elaboradas a partir do conteúdo dos resultados e discussões dos artigos selecionados, acarretando a criação de duas categorias gerais divididas em subcategorias, conforme detalhado na tabela 02.

Tabela 2. Categorias e subcategorias resultantes da análise dos artigos selecionados.

Categoria	Subcategoria
Minha Família	Família é cuidar
	Família: representações positivas
	Família é relação
	Família tradicional e não tradicional
A família do outro	Culpabilização e responsabilização
	Família <i>desestruturada</i>

A categoria Minha Família foi dividida em quatro subcategorias: Família é cuidar, Família: representações positivas, Família é relação, e Família tradicional e não tradicional. A segunda categoria A família do outro foi dividida em duas subcategorias: Culpabilização e responsabilização e Família *desestruturada*.

### A minha família

Esta categoria foi composta por nove artigos que evidenciam as representações sociais de diferentes sujeitos a respeito de suas próprias famílias. A família é um meio de organização formado historicamente e que produz relações de vínculos afetivos entre seus integrantes (Ponciano & Féres-Carneiro, 2003; Sampaio et al., 2019). Para a teoria das representações sociais, as relações constroem a realidade social dos indivíduos, visto que são contextualizadas socialmente e historicamente (Moscovici, 2003; Ribeiro, & Cruz, 2016). Neste sentido, verifica-se a importância de estudos em representações sociais nesta temática, por se entender que o processo de viver em família e os vínculos familiares contribuem para a construção de conhecimentos e a compreensão de seus integrantes (Silva, Vilela, Oliveira, & Alves, 2014).

### **Família é cuidar**

Esta subcategoria esteve presente em oito dos artigos analisados. Segundo estes estudos, a família deve ser entendida como geradora de um sistema de cuidados próprios, que irão variar conforme a cultura e a faixa etária. Nas pesquisas realizadas com idosos (Silva et al. 2014; Araújo, Castro, & Santos, 2018; Sampaio et al. 2019; Fernandes, Costa, & Andrade, 2017) surgiram nos resultados as palavras: cuidado, amor, felicidade, respeito e ajuda. Para Silva et al. (2014), estas palavras permeiam e perpassam a compreensão dos papéis tradicionalmente atribuídos à família. Identifica-se que as relações de cuidado (necessidade versus obrigação) não partem apenas do desejo do idoso, mas também da família, que compreende a velhice como um período de declínio, quando o genitor se torna incapaz e, conseqüentemente, precisa de cuidado (Araújo et al. 2018). Sampaio et al. (2019) descrevem que, no convívio intergeracional, os idosos evidenciaram a preocupação, pois ainda sentem a necessidade e a obrigação de cuidar da família, indiferentemente da sua faixa etária. Já para Fernandes et al. (2017), ainda em referência ao público idoso, o cuidado é ancorado em proteção e educação. E a educação deve ser orientada, protegida e ensinada pelo ambiente familiar em valorização ao ensino formal escolar.

Os estudos realizados com as crianças (Costa, Coutinho, & Araújo, 2011; Ribeiro, & Cruz, 2016; 2013) apresentaram um direcionamento do cuidado familiar ao suporte e acolhimento (Costa et al., 2011), caracterizados por funções socialmente esperadas, como: promover sustento, proporcionar carinho, cuidar e garantir a moradia (Ribeiro, & Cruz, 2013; 2016). Ainda, neste sentido, o cuidado é evidenciado pelos alunos pós-graduandos, como: amor, vínculo e suporte, o que traz a ideia de amparo, pois a família possibilita e/ou incentiva o acesso aos estudos (Ciscon-Evangelista, Oliveira, & Menandro, 2012). O artigo que mais destoa da compreensão de cuidado até então apresentada é o de Sánchez e Notario (2018). Os autores realizaram um estudo com mulheres indígenas do México, que associa o cuidar ao dinheiro e ao sustento familiar, na justificativa de que esse auxilia na sobrevivência da família.

Diante dos achados da revisão, pode-se compreender a representação social de família como provedora de cuidado, e que isso pode ser manifestado como uma necessidade e/ou obrigação. Neste sentido, ancora-se a representação de que a família necessita cuidar de seus membros e estes precisam reciprocamente cuidar da família, o que pode ser entendido e analisado em aspectos

históricos, com uma necessidade para sobrevivência dos descendentes e da linhagem. Segundo Casey (1992), a linhagem pode ser entendida como uma solidariedade estendida aos membros de uma mesma família, que oferece proteção quando da ausência do Estado. Isso corrobora o modelo ortodoxo do patriarcado, em uma perspectiva de família ainda associada a laços consanguíneos (Freyre 2003 [1978]; Dessen, & Ramos, 2010).

A representação do cuidado familiar, segundo Barbosa, Gomes, Santos e Oliveira (2012), precisa ser analisada e compreendida em suas influências históricas, sociais e culturais, afinal, esse é um conceito multifacetado e subjetivo. Além disso, os autores pontuam que a família pode ser definida a partir do conjunto de significados que cada grupo possui e elabora durante toda a vida, conferindo-lhe um caráter subjetivo.

### **Família: representações positivas**

Em sete dos artigos identificados na revisão foi possível encontrar representações positivas atribuídas à família. No artigo de Silva et al. (2014) apareceram as palavras indutoras: base, união e companheirismo. Essas trazem sentidos positivos às relações intergeracionais, exprimindo felicidade e respeito. Esta pesquisa descreve a importância da família no processo vinculatorio e na qualidade de vida de seus membros, e que as relações intergeracionais podem ser positivas quando existem compreensão e diálogo entre as gerações. Concomitantemente, o estudo de Araújo et al. (2018) destaca as palavras: união, felicidade, companhia, apoio e paz. Nesse, os autores descrevem que a família representa um ambiente íntegro e harmonioso, o que corrobora os achados de Sampaio et al. (2019), que descrevem família com as palavras: amor e união. Essas palavras expressam o significado do apoio entre os seus membros, o que reforça as funções afetivas da família, ao proporcionar o sentimento de pertencimento de grupo e de laços amorosos.

Família ainda foi representada socialmente como um suporte de acolhimento, objetivado especificamente pelas expressões: tudo, amor, feliz, amizade, alegria, felicidade, carinho, brincadeira e diversão (Costa et al., 2011; Ribeiro, & Cruz; 2013, 2016; Ciscon-Evangelista et al., 2012). Segundo Ribeiro e Cruz (2013, 2016), os participantes das pesquisas utilizaram representações sociais idealizadas para criarem uma teoria do senso comum com o intuito de significar positivamente o objeto social família.

Nesta perspectiva, observa-se que os indivíduos atribuem representações positivas associadas à família, em consequência da forma com que os descendentes significam suas próprias famílias. E este resultado pode ser analisado e refletido por meio de duas compressões: uma pelo viés da idealização da família, a partir de normas sociais que compreendem, por vezes, a necessidade de se manter o legado familiar íntegro, e que pode gerar falseamento ou negação da real situação, mesmo com a existência de relações familiares não tão satisfatórias (Araújo et al., 2018); outra, pelo entendimento do resultado das representações positivas, com vistas à reconfiguração da família na contemporaneidade, por meio de uma contextualização das dinâmicas relacionais menos hierarquizadas e com maior permissão de flexibilidade dos papéis desempenhados. Isso permite aos descendentes uma compreensão mais positiva da família (Ribeiro & Cruz, 2013; Ferrari, & Kaloustian, 2002).



## **Família é relação**

Esta subcategoria foi ilustrada em sete artigos. Nesses, são evidenciados tanto aspectos positivos quanto negativos da família em relação. Como conotações positivas pode-se destacar a compreensão da família pela vivência de laços afetivos de amor (Sampaio et al., 2019) e pelas relações familiares como possibilidades de apoio e condições favoráveis para o desenvolvimento humano (Pereira, & Bourget, 2010). A relação familiar ainda provoca proximidade com seus membros e dependência (Araújo et al., 2018), o que é reiterado pelo estudo de Sampaio et al. (2019), o qual descreve que a estrutura familiar é formada por vínculos afetivos e de proximidade, ressaltando as palavras união e parentes. O estudo de Ribeiro e Cruz (2013) apresenta uma compreensão de família como uma rede de relações de convivência que os parentes completam e ampliam. Os aspectos positivos também são evidenciados nas relações intergeracionais familiares, pois, segundo Silva et al. (2014), os indivíduos que possuem esta convivência sentem-se mais positivos em relação a si próprios e ao mundo, suportando melhor o enfretamento de doenças, estresse e outras dificuldades.

Pode-se citar, em relação aos aspectos negativos da relação familiar, as perdas. Isso foi evidenciado por Fernandes et al. (2017) ao retratar o afastamento dos filhos, mudanças e morte. Os autores descrevem que o afastamento dos filhos retrata a perda do vínculo anteriormente estabelecido, que não será mais com antes, podendo ser muito doloroso para os seus membros, principalmente para os pais. Nas perdas por mudança ou morte, descreve-se a difícil aceitação dos filhos pelo declínio físico dos pais e a compreensão do processo de envelhecimento dos mesmos, bem como a morte, que pode acometer a qualquer membro familiar e desenvolve perspectivas negativas de vida (Fernandes et al., 2017). Esses achados são corroborados pelo estudo de Sampaio et al. (2019), o qual evidencia a palavra saudade também ao referenciar períodos de vida passados, incluindo o declínio físico e cognitivo dos genitores e a morte. Ainda, decorrente de instabilidade financeira, neste artigo é destacada a palavra preocupação, visualizada na relação pelos membros familiares mais velhos, que muitas vezes são mantidos economicamente.

As crianças também descrevem aspectos negativos da relação familiar, porém de uma forma distinta do que foi apresentado até o momento, como pode ser compreendido nos estudos de Ribeiro e Cruz (2013; 2016). Nesses, os menores descrevem a separação dos pais, a ausência do pai e também apontam a família como um lugar de conflito, o que se assemelha à pesquisa de Costa et al. (2011), ao relatar que os participantes adolescentes têm uma relação familiar ambígua, pois apresentam aspectos positivos e negativos, destacando-se as palavras briga, carinho e união.

Segundo Pereira e Bourget (2010), a compreensão de família como lugar de apoio e também de conflito aproxima-se de uma visão mais realista da dinâmica das relações familiares, ao não idealizar a convivência familiar. Permite, assim, a evidência das contradições e dos conflitos que permeiam o cotidiano dos familiares e as funções atribuídas a esta instituição social. Segundo Sampaio et al. (2019), a família, como significado social compartilhado, é integrada à cultura e ao grupo social de pertença, tendo sua própria identidade, lembranças, sentimentos, aspectos positivos e negativos. Com isso, é notória a importância do estudo e compreensão de família de modo contextualizado.

## **Família tradicional e não tradicional**

Mesmo com os novos rearranjos familiares e a desnaturalização do conceito hegemônico e tradicional de família, ainda parece existir uma representação considerada ideal, imposta e concebida pelo ordenamento social, como um padrão e/ou meta a ser atingida (Albuquerque; Belém; Nunes; Leite, & Quirino, 2018). Por isso, essa subcategoria, composta por quatro artigos, foi nomeada e dividida em família tradicional e não tradicional.

Em relação à família tradicional, esta permeia a compreensão dos papéis tradicionalmente atribuídos, como pai e mãe (Ribeiro, & Cruz, 2013), e sentimentos relacionados a amor, carinho, união, proteção, cuidado, afeto e transmissão de valores morais (Ribeiro, & Cruz, 2013; Silva et al., 2014). Segundo Sánchez e Notario (2018), ainda na família tradicional é possível visualizar uma acentuada imposição dos papéis de gênero e uma influência significativa das questões religiosas e culturais.

Segundo Oliveira (2009), os indivíduos possuem um modelo interno conservado do que é família, o que faz com que os novos conceitos e arranjos familiares apresentem certas contradições na própria projeção de família. Isso porque, conforme Cúnico e Arpini (2013) na tentativa de compreender ou estudar a temática da família, existe a tendência de projetá-la de acordo com a idealização e/ou a realidade vivida.

No entanto, é preciso cuidado com a visão que naturaliza as referências de família por laços consanguíneos (Scott, 1990), para que não se torne subsídio para um discurso normativo (Sartir, 1995). Afinal, como descreve Albuquerque et al. (2018), ainda existe a família não tradicional, que se compõem pela união de pessoas que expressam interesses e afetos em comum, sem necessariamente possuir vínculos biológicos. Estes novos rearranjos podem, por vezes, ser vivenciados de forma mais positiva quando comparados às famílias ditas tradicionais, mas disfuncionais. Segundo Dessen e Lewis (1998), ao se tentar manter o modelo de família tradicional, com seus valores e práticas, corre-se o risco de prejudicar os novos modelos, visto que a família desempenha um papel prático na criação de políticas públicas. Por isso, é necessário que se considere sempre as especificidades de cada família.

## **A família do outro**

Segundo Moscovici (1978/2011) e Jodelet (1989), as representações sociais estão presentes nas crenças dos indivíduos. Neste sentido, os profissionais, no exercício de sua prática, são atravessados por suas próprias representações sociais de família, que poderão influenciar no atendimento da família do outro. Este resultado ficou significativamente evidenciado em cinco dos artigos analisados, constituindo a segunda categoria de análise desta revisão integrativa, que teve como participantes profissionais da área da saúde (Albuquerque et al., 2012; Mantovani et al., 2014; Pereira, & Bourget, 2010) e do acolhimento institucional (Costa et al., 2011).

## **Culpabilização e responsabilização**

Essa subcategoria foi identificada em quatro dos artigos analisados. Em relação à representação da culpabilidade, pode-se destacar o estudo de Barbosa et al. (2012) com profissionais da saúde que atendem crianças soropositivas. Nesse, os profissionais culpam os pais por não seguirem as orientações da equipe, o que dificulta os recursos terapêuticos para a criança. Ainda, para alguns trabalhadores, atribui-se a culpa à mãe da criança soropositiva por ter transmitido a ela o vírus (Barbosa et al., 2012).

Em relação à representação de família, ancorada na responsabilização, pode-se citar o artigo de Mantovani et al. (2014), também com profissionais da saúde, o qual descreve que a família possui a responsabilidade pelo cuidado em situações de enfermidade. Isso corrobora o artigo de Pereira e Bourget (2010), que compreende que os familiares são responsáveis pela saúde dos seus descendentes. Segundo as autoras, a família possui um papel único sobre seus membros, omitindo a influência de outras instituições sociais no desenvolvimento dos indivíduos, como: escola, saúde e rede social. Ainda neste sentido, o estudo de Belfort, Barros, Gouveia e Santos (2015), realizado com profissionais que trabalham no acolhimento institucional, pontua que, para este público, a família é conceituada como a base de tudo e ancorada na representação de responsabilidade, que tem por função garantir os direitos das crianças, educar, formar futuros cidadãos, preparar para a vida, orientar e disciplinar. Problemas como condutas antissociais, rebeldia e problemas escolares, para esses, são causados pelos pais.

Nesta direção, cabe destacar a problemática em torno da grande responsabilização das famílias pelas diversas instituições. De acordo com Carvalho (2018), a maioria dos Sistemas de Proteção Social, leis e diretrizes governamentais são baseadas no familismo, o qual é definido como a responsabilização da família pelo cuidado. O familismo implica a obrigação das famílias assumirem a responsabilidade pelo cuidado e bem-estar de seus integrantes. No Estado contemporâneo atribui-se responsabilidades para a família, frequentemente acima da capacidade individual, sem dar condições para que esse grupo exerça tais funções. No Brasil, o familismo é a marca das políticas sociais. Mioto, Nunes, Moraes e Horst (2018) também expõem que o Estado se isenta de suas responsabilidades ao direcioná-las às famílias e puni-las, quando estas não possuem condições de alcançar as expectativas devido à falta de políticas públicas.

### **Família *desestruturada***

Utilizou-se este termo para nomear esta subcategoria ao verificar-se que três artigos sobre as representações dos profissionais traziam esta expressão. Um estudo fez uma problematização sobre o termo e os outros dois apenas fizeram uso da palavra. O estudo com crianças soropositivas evidenciou que os profissionais da saúde possuem a ideia de que, com a descoberta da doença, a família passa por sentimentos variados, fazendo com que às vezes haja uma “desestruturação” familiar (Barbosa et al., 2012). Segundo os autores, nas representações sociais dos profissionais, estas famílias são compreendidas, na maioria das vezes, como “desestruturadas”, o que está associado à ideia de condição social desfavorável e à limitação cognitiva. Tais achados corroboram o estudo de Mantovani et al. (2014), que apontou que as relações familiares deveriam proporcionar apoio e sustentação para

o desenvolvimento humano. Porém, isso nem sempre acontece, pois, segundo os autores, as famílias estão “desestruturadas” e sem recursos, o que faz com que seus membros sejam colocados em risco.

Ainda, para os profissionais do acolhimento institucional, as famílias são consideradas “desestruturadas”, conflituosas, sem recursos materiais e sem afeto (Belfort et al., 2015). Neste estudo, o termo desestruturação esteve associado à pobreza, aos conflitos conjugais, ao uso de álcool e outras drogas, e à falta de cuidado e amor. Os autores descrevem que estes profissionais, ao utilizarem a expressão “desestruturada”, contribuem para a incessante culpabilização das famílias, sustentando e corroborando a desigualdade social.

Vale ressaltar o artigo de Pereira e Bourget (2010), que não apresentou a palavra “desestruturada”, mas trouxe uma categoria aos resultados que ressalta o estranhamento dos profissionais da saúde sobre as famílias atendidas. Esses estranham o cotidiano e as relações que se estabelecem nas famílias e, muitas vezes comparam-nas a seus modelos pessoais. Segundo as autoras, quanto maior a renda familiar do profissional, mais distante ele se torna da camada popular e mais se evidencia esse estranhamento.

A análise desta categoria reforça a existência de representações associadas e ancoradas no modelo de família tradicional e nuclear, hegemônico da sociedade ocidental. Nessa, a família é compreendida por significados associados à educação, afetividade, disciplina e harmonia. Qualquer modelo que se distâncie desta configuração tende a ser representado como conflituoso ou *desestruturado* (Belfort et al. 2015).

Nascimento, Cunha e Vicente (2008) afirmam que a lógica do termo remete à ilegalidade de outros modos de existência e criminaliza a pobreza. Além disso, os autores apontam que o termo “desestruturada” é ultrapassado, visto que as atuais leis não se baseiam na criminalização da vulnerabilidade econômica, apesar do termo aparecer em alguns artigos selecionados na análise. Os autores ainda alertam para um termo novo para uma velha lógica, chamado de família negligente, que possui as mesmas problemáticas, mas que não foram pontuados nos artigos encontrados. Este termo, segundo os autores, considera o desrespeito aos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, como saúde, alimentação, entre outros, que se configuram como violência intrafamiliar e risco social (Nascimento et al., 2008).

Nesta direção, há o etnocentrismo - a tendência de desvalorizar e estigmatizar as famílias pobres, fortalecendo mecanismos que fomentam a desigualdade social (Pereira, & Bourget, 2010). Fonseca (2005) alerta ainda que a conceituação de família “desestruturada” é uma compreensão apenas utilizada para definir a família do outro, e nunca a nossa, ressaltando os estigmas sociais. E uma nova compreensão ou mudança dos estigmas apenas será possível, segundo Belfort et al. (2015), com uma transformação das representações sociais das famílias pobres, que leve em consideração o papel da historicidade e das determinações sociais dos problemas vivenciados por elas, para que ocorra a efetivação adequada e eficiente de propostas de proteção integral à família.

## **Considerações finais**

O artigo partiu da complexidade da constituição de família na contemporaneidade e de algumas inquietações apresentadas na introdução. O objetivo deste estudo foi realizar uma revisão integrativa com vistas a analisar as representações sociais de família. A partir dos 14 artigos analisados, foi possível organizar os resultados por meio de duas categorias e suas subcategorias: 1) Minha família: a) Família é cuidar, b) Família: representações positivas, c) Família é relação, e d) Família tradicional e não tradicional; e 2) A família do outro: a) Culpabilização e responsabilização, e b) Família “desestruturada”.

Evidenciaram-se, na primeira categoria, representações sociais projetadas das próprias famílias dos sujeitos que expressam a idealização ou a realidade vivida. Ressaltou-se, nesta categoria, o cuidado (subcategoria) e que o mesmo varia conforme a cultura e a faixa etária. Para os idosos, o cuidar está ancorado na proteção e na educação. Para as crianças, assim como para os pós-graduandos, o cuidado está associado a funções esperadas, como moradia, sustento e carinho. Neste sentido, a família precisa cuidar de seus descendentes, bem como esses necessitam cuidar da sua família, numa tentativa de salvaguardar a linhagem.

Ainda como resultado foi possível perceber que os indivíduos compreendem as famílias com representações positivas (subcategoria). Isso pode ser analisado e refletido tanto pelo viés da idealização quanto pela transformação das relações familiares que, na contemporaneidade, encontram-se menos hierarquizadas, contribuindo para representações familiares com conotações mais positivas.

Contudo, sobre as relações familiares (subcategoria) foram evidenciados aspectos positivos e negativos. Em relação às conotações positivas, foram destacados a proximidade, os laços afetivos e o apoio, tidos como condições favoráveis para o desenvolvimento humano. Quanto aos aspectos negativos foram ressaltadas as perdas, concretizadas pelo o afastamento dos filhos, separação dos pais, ausência do pai, mudanças e morte. A compreensão das relações familiares com uma significação positiva e negativa apresenta uma visão mais realista, distanciando-se da idealização da convivência familiar. Também foi possível perceber que ainda vigora uma compreensão de família tradicional (subcategoria), composta por laços consanguíneos, e que qualquer modelo distinto desse, causa um certo estranhamento, pois distancia-se das referências de família projetada.

Na segunda categoria foram englobadas as representações de crítica à família “dos outros”, completamente opostas às atribuições positivas das próprias famílias. Nessa categoria foram evidenciadas a responsabilização e a culpabilização (subcategoria) das famílias pela falta de cuidado e proteção de seus membros. A responsabilização vai ao encontro da culpabilização, afinal, se é responsabilidade da família cuidar dos seus descendentes, o não cuidado também é sua culpa, o que reforça a cobrança perante a família.

Os resultados evidenciaram que os profissionais acabam sendo muito críticos em relação à família do outro, colocando a mesma num lugar de determinismo sobre os indivíduos, diminuindo a capacidade individual e a influência das instituições sociais e do Estado sobre os membros do grupo familiar. As famílias que não exercem tais funções são “desestruturadas” (subcategoria), como foi evidenciado na pesquisa. Esse passa a ser um conceito pejorativo e associado, dentre outros, à pobreza.

Essas representações, veiculadas pelos estudos analisados, contribuem para as dinâmicas das relações sociais, para a compreensão e a explicitação da realidade. E as compreensões extremamente

distintas de família não são idôneas, pois ora vem reverberadas pela influência da constituição própria de família, ora desta família de outrem, que se distancia da própria família; e está cisão entre a minha família e a família do outro, fomenta possíveis preconceitos entre os sujeitos, diminuindo percepções empáticas de compreensão de um cenário extremamente singular e complexo que constitui a completude família.

Percebe-se que há um número escasso de publicações científicas nas bases de dados consultadas sobre as representações sociais da família. Neste aspecto é interessante apontar que, no presente estudo, foi encontrado um predomínio de produções do contexto brasileiro, o que aponta para dados singulares em termos sócio-históricos e culturais. Talvez isto possa estar relacionado ao fato de o Brasil ser uma referência em termos teórico-metodológicos da Teoria das Representações Sociais. Por isto, sugere-se a ampliação da consulta em bases de dados internacionais, para além das pesquisadas neste trabalho. Por sua vez, artigos encontrados possuem diferenças entre as temáticas abordadas e entre as metodologias aplicadas.

Considerando as possíveis limitações das bases de dados consultadas e dos critérios de inclusão e de exclusão especificados, enfatiza-se que esta revisão permitiu analisar as representações sociais de família, contribuindo para uma visibilidade à temática proposta. Os achados trazem contribuições importantes para a comunidade científica, assim como para a sociedade em geral ao evidenciar este distanciamento entre a minha família e a família do outro, pois a partir desses, terapeutas de família podem ter mais subsídios informativos, que o auxiliam no desenvolvendo de ações interventivas ao familiares e profissionais que trabalham com estas demanda. Ressalta-se, ainda, a importância do desenvolvimento de novas pesquisas, a fim de suprir lacunas e refletir as problematizações das representações sociais estereotipadas sobre família.

Percebe-se, a partir das discussões levantadas, a importância da formação de profissionais que atuam com famílias, numa reflexão ampliada, que considere as problemáticas do familismo nas políticas públicas vigentes, para que estes profissionais possam ter subsídios, a partir dos diferentes modelos contemporâneos de família que compõem a sociedade, para criarem práticas interventivas e ações adequadas às famílias.

## Referências

- Albuquerque, G. A., Belém, J. M., Nunes, J. F. C., Leite, M. F., & Quirino, G. S.D. (2018). Planejamento reprodutivo em casais homossexuais na estratégia saúde da família. *Revista de Atenção Primária à Saúde*, 21(1), 104-111. doi: <https://doi.org/10.34019/1809-8363.2018.v21.15639>
- Araújo, L. F. d, Castro, J. L. d. C., & Santos, J. V. d. O. (2018). A família e sua relação com o idoso: Um estudo de representações sociais. *Psicologia em Pesquisa*, 12(2), 14-23. Doi: <http://dx.doi.org/10.24879/2018001200200130>
- Barbosa, B. F, Gomes, A. M, Santos, É. I, & Oliveira, D. C. (2012). A família da criança soropositiva: Um estudo de representações sociais de enfermeiros. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, 14(3), 504-513. Doi: <https://doi.org/10.5216/ree.v14i3.14559>
- Bardin, L. (2011) *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.

- Belfort, P. B., Barros, S. M. M. d., Gouveia, M. L. de A., & Santos, M. d. F. d. S. (2015). Representações sociais de família no contexto do acolhimento institucional. *Psicologia: Teoria e prática*, 17(3), 42-51.
- Botelho, L., Cunha, C., & Macedo, M. (2011). O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Gestão e Sociedade*, 5(11): 121-136. doi: <https://doi.org/10.21171/ges.v5i11.1220>
- Carvalho, P. O. (2018). A proteção social em tempos de acirramento do capital: A família como recurso estratégico. In *Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*. Vitória/ES.
- Casey, J. (1992) *História da família*. São Paulo: Ática.
- Ciscon-Evangelista M. R., Leal L. D. S, Oliveira N. K, & Menandro P. R. M. (2012). Pós-Graduação, formação profissional e postergação da constituição de família própria: Um estudo com estudantes de mestrado e doutorado. *Psicologia e Saber Social [Internet]*, 1(2): 265-277. doi: <https://doi.org/10.12957/psi.saber.soc.2012.4908>
- Costa, D. M. F., Coutinho, M. P. L., & Araújo, L. S. (2011). Cenário cinzento da violência e as múltiplas facetas da família: Enfoque psicossocial. *Psico*, 42(3), 401-407.
- Cúnico, S. D., & Arpini, D. M. (2013). A família em mudanças: Desafios para a paternidade contemporânea. *Pensando Famílias*, 17(1), 28-40.
- Dessen, M. A., & Lewis, C. (1998). Como estudar a família e o pai? *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 8(14-15) 105-121.
- Dessen, M. A., & Ramos, P. C. C. (2010). Crianças pré-escolares e suas concepções de família. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 20(47): 345-357.
- Ferrari, M., & Kaloustian, S. M. (2002). A importância da família. In S. M. Kaloustian (Org.). *Família brasileira: Abase de tudo*. (5ª ed., pp.11-15). São Paulo: Cortez.
- Fernandes, d. S. G. J., Costa, B. H. R. d., & Andrade d. S. M. (2017). Representações sociais de idosos sobre família. *Ciências Psicológicas*, 11(1), 41-48.
- Fonseca, C. (2005). Concepções de família e práticas de intervenção: Uma contribuição antropológica. *Saúde e Sociedade*, 14 (2): 50-59.
- Freyre, G. (2003 [1978]). *Cada grande e senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Jodelet, D. (1989) Représentations sociales: Un domaine en expansion. In D. Jodelet, *Les représentations sociales* (pp. 31-61). Paris: PUF.
- Mantovani, M. d. F., Massa, V. d. A, Moreira, R. C., Silva, D. I. d., Jesus, J. K. F. d., & Oliveira, V. B. C. A. d. (2014). Representações sociais da família para a equipe da estratégia saúde da família. *Revista Enfermagem UERJ*, 22(6), 796-800.
- Mendes, K. D. S., Silveira, R. C. d. C. P., & Galvão, C. M. (2008). Revisão integrativa: Método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 17(4), 758-764.
- Mioto, R. C. T., Nunes, R., Moraes, P. M., & Horst, C. H. M. (2018, dezembro). O familismo na política social: Aproximações com as bases da formação sócio-histórica brasileira. In *Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*. Vitória/ES.
- Moscovici, S. (2011[1978]). *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.

- Moscovici, S. (2003). O fenômeno das representações sociais. In S. Moscovici & G. Duveen (Orgs.). *Representações sociais: Investigações em psicologia social* (pp. 29-214). Petrópolis: Vozes.
- Nascimento, M. L., Cunha, F. L., & Vicente, L. M. D. (2008). A desqualificação da família pobre como prática de criminalização da pobreza. *Psicologia Política*, 14(7).
- Oliveira, N. H. D. (2009). *Recomeçar: Família, filhos e desafios*. São Paulo: Editora UNESP.
- Pereira, P. J., & Bourget, M. (2010). Família: Representações sociais de trabalhadores da Estratégia Saúde da Família. *Saúde e Sociedade*, 19(3), 584-591.
- Ponciano, E. L. T., & Féres-Carneiro, T. (2003). Modelos de família e intervenção terapêutica. *Interações*, 8(16), 57-80.
- Ribeiro, F. S., & Cruz, F. M. L. (2013). Representações sociais de família por crianças na cidade de Recife. *Psicologia & Sociedade*, 25(3), 612-622.
- Ribeiro, F. S., & Cruz, F. M. L. (2016). Crianças, contextos de escolas e suas representações sociais de família. *Psicologia da Educação*, (43), 81-90. doi: <https://dx.doi.org/10.5935/2175-3520.20160008>
- Sampaio, T. S. O.; Sampaio, L. S., & Vilela, A. B. A. (2019). Conteúdos e estrutura representacional sobre família para idosos em coresidência. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24(4), 1309-1316.
- Sánchez, C. d. C. E., & Notario, J. A. M. (2018). La representación social de familia em las mujeres indígenas migrantes de Tabasco. *Gênero & Direito*, 7 (4), 2179-7137.
- Sarti, F. (1995) *A família como espelho*. São Paulo: Editoras reunidas.
- Scott, R. P. (1990). O homem na matrifocalidade: Percepção e experiência do domínio doméstico. *Cadernos de Pesquisa*, (73), 38-47.
- Silva, D. M.; Vilela, A. B. A.; Oliveira, D. C. & Alves, M. R. (2014). A estrutura da representação social de família para idosos residentes em lares intergeracionais. *Revista Enfermagem UERJ*, 23(1), 21-26.

#### **Endereço para correspondência**

alexandra.sombrio@gmail.com

Enviado em 05/12/2019

1ª revisão em 20/05/2020

Aceito em 25/06/2020